

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA TERCEIRA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, com a presença de quorum mínimo dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária, após a espera regimental de 30 minutos. A Secretária Executiva Interina, Denise Liberato, abre a sessão explicando que foram solicitados ao final da reunião, uma outra reunião somente com os membros que farão parte do grupo que montará a proposta do Plano Estadual de Cultura e outra sobre o Fundo Estadual de Cultura com o Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura, Felipe Amado. Em seguida, lê a pauta, explica que a ata da 5ª Reunião Ordinária já havia sido enviada aos conselheiros e que seria votada sua aprovação a seguir e que a ata da 2ª Reunião Extraordinária ainda não havia sido enviada, mas que estava pronta e poderia ser lida e também aprovada. Em seguida, inicia a leitura da ata da 5ª Reunião Ordinária que é aprovada por todos. A Secretária Eliane Parreiras se desculpa pelo não envio da ata da 2ª Reunião Extraordinária justificando que havia sido feita uma primeira versão sintetizada, mas pela importância dos assuntos que foram tratados, ponderou-se que deveria passar por uma revisão. Assim, coloca em votação a leitura da ata e por unanimidade ficou decidido que a leitura não seria feita e que a ata seria enviada aos conselheiros para que façam suas observações e seja votada na próxima reunião. Em seguida, a Secretária Eliane Parreiras justifica a ausência da Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha que faria apresentação dos resultados da 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais e dos Programas Cena Minas e Filme Minas, mas que não pôde comparecer, pois estava em uma reunião com representantes da ocupação do Espaço Luiz Estrela. Denise Liberato lê a lista de conselheiros que justificaram sua ausência. Alguns conselheiros questionaram sobre a ocupação do Espaço Luiz Estrela por desconhecem o fato. A Secretária Eliane Parreiras explica sobre a ocupação informando que este é um prédio da FHEMIG e segundo informações da própria FHEMIG, existe uma negociação com a Fundação Feluma para implantar o Memorial JK, mas existe um grupo que não concorda com esta destinação e por isto ocupou a casa. Este grupo é formado por representantes do setor cultural, alguns representantes de movimentos sociais, da área de saúde, principalmente saúde mental porque o espaço já funcionou como um hospital psiquiátrico. A ocupação foi feita há pouco mais de 01 (um) mês e hoje está em um processo de discussão e apesar de o prédio não pertencer à área cultural, a ocupação tem a temática cultura e por isto a Secretaria de Estado de Cultura está no processo de negociação. A conselheira Elizabete Castro Lopes da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, pergunta se a SEC tem uma posição definida em relação ao assunto. A Secretária Eliane Parreiras explica que a condução do processo de negociação está sendo feita pelo Assessor de Relações Sociais do Governo e a SEC está discutindo a questão do conteúdo cultural, entendendo qual é a demanda por parte deste grupo que fará a apresentação da sua proposta hoje. Desta forma,

49 a SEC analisará se é possível uma conciliação de interesses. Mas sobre a questão da ocupação em
50 si, a SEC não se posiciona. O conselheiro Benedickt Wiertz indaga sobre a possibilidade de
51 convidar um representante do movimento da ocupação para explicar ao Consec qual sua proposta
52 para ocupação do espaço. Vários conselheiros se manifestaram sobre o assunto e ao final decidiram
53 que na próxima Reunião Ordinária, que acontecerá no dia 09 de dezembro de 2013, a
54 Superintendente de Ações Culturais, Janaína Cunha fará uma apresentação sobre os resultados das
55 reuniões e negociações com o grupo que ocupa o Espaço Luiz Estrela.

56 A Diretora de Informação e Fomento, Tatiana Nonato, apresenta resultados da 3ª Conferência
57 Estadual de Cultura que aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2013, apresentação esta que
58 será encaminhada aos conselheiros. As informações prestadas pela Diretora foram as seguintes: A
59 Conferência contou com 376 municípios que realizaram suas conferências municipais ou
60 intermunicipais e que enviaram relatórios para compor o documento de propostas da conferência.
61 Estiveram presentes 489 participantes que assinaram lista de presença, sendo 369 delegados e 120
62 participantes convidados. Para a Conferência Nacional, a composição da delegação mineira ficou a
63 seguinte: 2 delegados natos do Consec, 3 vagas remanescentes para eleição geral, 25 delegados
64 civis e 12 delegados do poder público. As propostas de âmbito nacional que seriam apresentadas
65 logo a seguir já haviam sido encaminhadas previamente para os conselheiros, da forma como
66 saíram da conferência estadual. Entretanto, a plataforma do MinC foi disponibilizada somente
67 outubro passado, ou seja, após a realização da conferência estadual, e em tal plataforma não era
68 possível inserir todas as propostas. Havia espaço para inserir apenas uma proposta por eixo e desta
69 forma, as propostas apresentadas foram priorizadas. Na conferência estadual foi solicitado pelos
70 delegados que fosse priorizada uma proposta por sub-eixo e que fossem deixadas 2 (duas) ou 3
71 (três) por cada sub-eixo também como aprovadas. Após fazer esta explicação, Tatiana Nonato
72 pontua então as propostas que foram priorizadas e que são enviadas em anexo.

73 Neste momento, os conselheiros solicitam que pare a leitura das propostas e passem para
74 discussões e a Secretária Eliane Parreiras contextualiza uma dúvida da conselheira Elizabeth Lopes
75 a respeito de renúncia fiscal e fundo. A Diretora de Fomento à Produção Audiovisual, Laura
76 Guimarães, explica que a discussão na Conferência foi conceitual. Elizabeth Lopes fala sobre a
77 dificuldade técnica para realizar a proposta exatamente como está redigida no Eixo 1, Sub-eixo 4.
78 A Secretária Eliane Parreiras sugere que a Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento
79 convide a conselheira Elizabeth Lopes para uma reunião onde ela apresente informações sobre
80 método de viabilidade da proposta. Além disto, sugere que os membros do Consec que
81 participarão da Conferência Nacional de Cultura se reuniram em Brasília antes do início da
82 conferência e discutam a melhor forma de operacionalizar a proposta e sigam para a conferência já
83 com esta proposta. O conselheiro Rubem dos Reis alerta para o fato de que a delegação mineira
84 está muito desunida e que talvez a redação confusa da proposta possa ter sido feita
85 propositalmente. O conselheiro José D'Ângelo e a conselheira Sula Mavrudis apoiam a reunião
86 prévia em Brasília de todos os delegados mineiros para tentar unir a delegação. A conselheira
87 Maria Andrada concorda com a possibilidade da redação confusa da proposta ter sido feita de
88 forma proposital. Clodoália Nobre endossa a fala de Rubem Reis e informa que somente a criação
89 de um fundo não garante seu funcionamento e cita uma variedade de fundos inoperantes. Diomar
90 Donizette também se mostra preocupado com a redação da proposta que, se aprovada e
91 implementada, acaba com a renúncia fiscal. Rubem dos Reis volta a dizer que há muita politização
92 na discussão Fundo x Renúncia Fiscal e uma divisão nas opiniões, com muitos querendo somente
93 os fundos e outros querendo somente a renúncia fiscal e que o grande desafio é um e outro. Além
94 disto, fala que as Câmaras Temáticas não estão se encontrando. Denise Liberato pondera que o

95 conselheiro Aníbal Macedo enviou um e-mail para todos os conselheiros com um convite para
96 reunião da Câmara Temática de Fomento e Financiamento (para discutirem sobre planejamento do
97 primeiro semestre de 2014, com o Seminário Mecanismos de Financiamento, com a presença do
98 superintendente Felipe Amado), mas que não houve resposta de nenhum conselheiro e se
99 disponibiliza a intermediar as comunicações quando decidirem fazer reuniões das câmaras
100 temáticas. José D'Ângelo concorda que existam fundos inativos em municípios do interior e
101 defende que as cidades que recebem recursos do ICMS cultural poderiam destinar uma parte para o
102 fundo, se os prefeitos desejarem e diz que muitos preferem ter o fundo pela possibilidade de obter
103 recursos e cita a existência de outros mecanismos de fomento, como o Filme Minas, o Música
104 Minas, dentre outros. Diz ainda que o ideal é que estes mecanismos tenham dotações maiores. O
105 conselheiro Enrique Natalino concorda com José D'Ângelo e Diomar Donizette e acrescenta que a
106 concentração de recursos na esfera federal é um dificultador para obtenção de financiamentos e
107 defende a manutenção do modelo existente. Makely Ka diz que o parágrafo está pertinente, mas
108 que está mal formulado. O Procultura já vincula o repasse do mecenato para o fundo. Diz que em
109 termos gerais, o que está sendo colocado na proposta é o Procultura, que já tem o orçamento
110 protegido contra o contingenciamento, o que já está previsto na lei. Afirma então que o Procultura
111 não vai acabar com o mecenato. Diomar Donizette insiste que a redação da proposta explicita a
112 intenção de concentrar recursos no fundo. Elizabete diz que se ocorrer da forma colocada, o atual
113 modelo será desfeito. Aníbal concorda com a fala de Makely e reafirma que o texto da proposta é
114 imutável. Elizabete sugere que a delegação de Minas tente chegar a uma redação mais clara e
115 próxima do Procultura. A Secretária Eliane Parreiras sugere duas opções para o grupo que vai à
116 Brasília: ou abre para discussão da proposta ou apresenta as dificuldades operacionais indicadas
117 pela conselheira Elizabete Lopes. Paulo Morais sugere que o Consec faça um documento para os
118 municípios que não fizeram suas conferências municipais porque se preocupa com os Planos
119 Municipais de Cultura. Neste documento seria solicitado que eles façam suas conferências
120 municipais independente da realização das conferências estadual e nacional como processo de
121 implantação dos planos municipais de cultura. Sérgio Borges defende o modelo vigente de fundo e
122 renúncia, elogia o formato do Filme em Minas, que pode ser usado como modelo para outros
123 segmentos com novas formas de captação. Maria Andrada também apoia o modelo, mas pondera
124 que deveria ter mais recursos para o fundo. Sula Mavrudis concorda que o Procultura contempla a
125 redação da proposta e diz que a delegação deve defender não só a manutenção do modelo, mas
126 também a criação de novos mecanismos de financiamento para categorias excluídas do acesso ao
127 modelo atual e solicita que o grupo se reúna antes de ir a Brasília . Thiago Maia enfatiza que estas
128 são as propostas de Minas e que foram democraticamente aprovadas. Defende outros modelos de
129 financiamento e informa sobre parecer do jurídico da FIEMG confirmado pelo TCU, definindo que
130 recursos de renúncia fiscal são privados. Magdalena Rodrigues defende o documento das propostas
131 como representativo da diversidade. Maria Andrada corrobora. Elizabete Lopes insiste que em seu
132 entendimento, a redação da proposta desfaz o atual modelo, levando à concentração no fundo. A
133 Secretária Eliane Parreiras apresenta 3 (três) encaminhamentos para a plenária: Se concordam em
134 continuar a leitura das demais propostas, se os representantes do Consec na Conferência Nacional
135 gostariam de fazer uma reunião antes da viagem juntamente com um consultor da Assembleia
136 Legislativa de Minas Gerais – ALMG e do jurídico da Secretaria de Estado de Cultura, para se
137 embasarem técnica e juridicamente sobre o teor das propostas ou de tratar da proposta de nível
138 estadual na próximas reuniões do Consec, sendo um eixo por reunião. Postas em votação as
139 opções, decidiu-se então por interromper a leitura das propostas, sendo responsabilidade dos

140 conselheiros analisá-las e, caso tenham comentários, enviarem para Denise Liberato que as
141 encaminhará aos membros que irão para Brasília. Foi acordado por todos a pauta de 1 (um) eixo
142 por reunião para tratar das propostas estaduais. Decidiu-se que a reunião técnico-jurídica
143 acontecerá após consulta aos 4 (quatro) membros sobre data e disponibilidade de todos. Makely
144 propõe que seja convidado um membro do Procultura para apresentá-lo. A Secretária Eliane
145 Parreiras informa que as pautas “digitalização de documentos” e “orçamento do Sistema Estadual
146 de Cultura”, solicitadas pelo conselheiro Rubem Reis serão apresentada na próxima reunião.
147 Informa também que o edital da Petrobras da Lei Estadual será lançado este ano e convida o
148 Consec para o lançamento e que o Ofício sobre o Programa Cultura Viva que havia sido
149 combinado de ser enviada ao MinC, já foi enviada e que sua cópia será divulgada no site do
150 Consec. É feita uma proposta de realização, ainda em 2013, de uma reunião do Grupo
151 Coordenador do Plano Estadual de Cultura. Denise Liberato informa os segmentos que não
152 tiveram representação na reunião que foram: Arte Popular, Folclore e Artesanato, Secretaria de
153 Estado de Educação, Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Makely Ka relembra o assunto do
154 processo seletivo do Programa Música Minas e solicita que o tema seja discutido. Secretária
155 Eliane Parreiras lembra que a carta já foi enviada formalmente ao Fórum da Música e que então,
156 de forma informal através de um e-mail que seja compartilhado, solicita que seja colocada como
157 pauta das assembleias a discussão sobre o processo seletivo, fazendo parte do processo de
158 aperfeiçoamento do programa. A seguir, Secretária Eliane Parreiras informa a mudança na parceria
159 no Museu das Minas e Metal e sobre a formalização da adesão ao Plano Nacional de Cultura.
160 Devido a compromissos de grande importância, a Secretária Eliane Parreiras precisa se ausentar da
161 reunião e o conselheiro Amílcar Martins, que é o vice-presidente, assume a presidência do Consec
162 até que termine a reunião. Tatiana Nonato faz apresentação do Prêmio Cena Minas, apresentação
163 esta que será enviada aos conselheiros. Começa explicando que se trata de um prêmio de artes
164 cênicas de Minas Gerais que foi criado em 2007 e se consolidou como instrumento de fomento e
165 incentivo à produção cultural voltada para o teatro, dança e circo. Está este ano em sua 6ª edição.
166 Em 2012 foi criado o fórum permanente de avaliação que otimizou a escuta qualificada de
167 demandas relativas à estrutura do prêmio. No último ano aconteceram modificações no edital que
168 foram enriquecedoras porque foi possível perceber que o circo passou a ter uma demanda maior.
169 As principais mudanças até a 5ª edição foram: Estabelecimento do valor fixo para todas as
170 categorias sendo circulação, manutenção e aquisição de equipamentos; participação do circo e das
171 pessoas físicas em todas as categorias; negociação das contrapartidas (que até então eram
172 impostas); aumento do valor do prêmio. Em 2012 foram incluídas as leituras do edital nos 5
173 (cinco) núcleos de interiorização, o que favoreceu um aumento de 138% no número de inscrições.
174 Com saldo remanescente de 2004, foi realizada a Mostra Cena Minas. Makely Ka questiona se há
175 indicativo para transformar o prêmio em lei e se tornar uma política de estado e como funciona o
176 diálogo com a sociedade civil. Tatiana Nonato informa que o fórum é aberto à classe e que quando
177 se planeja uma reunião, são enviadas comunicações à sociedade civil. Durante as reuniões são
178 ouvidas sugestões, é lavrada uma ata e, posteriormente, estudadas tais sugestões. Laura Guimarães
179 informa que além do fórum, a SEC recebe visitas, faz reuniões, recebe mensagens com sugestões,
180 dúvidas, opiniões e etc. A respeito da questão de virar lei, Tatiana Nonato informa que a questão
181 foi levantada na primeira reunião do fórum e não há previsão de caminhar para esta via, mas que a
182 ideia de transformar todos os programas em lei é interessante, pois evitaria o risco de acabar algum
183 programa pela mudança de gestão. Paulo Morais sugere inserir na próxima pauta uma apresentação
184 das estatais Cemig e Copasa sobre seus planejamentos para 2014 sobre Lei de Incentivo à Cultura.

185 Rubem Reis sugere que seja colocado no Plano Estadual de Cultura a ideia de que os programas
186 virem lei. Aníbal Macedo sugere trabalhar com a ALMG no sentido de propor legislação e cobrar a
187 presença dos deputados conselheiros nas reuniões do Consec. Aníbal Macedo fala sobre sua
188 preocupação com a função do conselho. Questiona se a função do conselho é somente aconselhar
189 algo no campo do executivo ou se deveriam interagir um pouco mais com a ALMG cobrando dos
190 deputados as suas presenças, uma vez que estes não comparecem, além de trabalhar um pouco
191 mais com a ALMG no sentido de propor legislações. Diz que fica a pergunta no ar, porque não
192 adianta somente esperar que as coisas aconteçam neste aspecto legislativo, que têm condições de
193 fazer proposições e encaminhar questões neste aspecto. Rubem Reis diz que concorda, mas diz que
194 o Aníbal Macedo está discutindo uma questão técnica e outra questão política. Diz que
195 tecnicamente não sabe o que o conselho pode fazer, mas que politicamente, como conselhos não
196 têm como garantir que este tema vire lei, mas que devem criar condições políticas e que era a disto
197 que falava quando falou que o conselho parou com o grupo de trabalho do financiamento e que o
198 conselho deve trabalhar para criar condições políticas e isto o conselho pode fazer. Denise Liberato
199 lê no Regimento Interno o capítulo III que fala das competências do Consec. Amílcar Martins
200 atenta para o fato de que até o momento o Consec trabalhou na elaboração do Regimento Interno e
201 na adaptação da dinâmica de funcionamento do conselho que a partir de agora, trabalhará na
202 construção do Plano Estadual de Cultura. Magdalena Rodrigues afirma que o Consec não é espaço
203 para opiniões pessoais, que cada conselheiro representa seu segmento e que sente o mesmo não fez
204 nada de concreto e está ainda muito dependente do Estado, mas precisa caminhar com as próprias
205 pernas. Aníbal Macedo discorda da fala da Magdalena Rodrigues e diz que por ser a primeira
206 formação do Conselho, o processo inicial é realmente lento, mas que está montando a base para as
207 próximas formações do Conselho. Diz que as discussões que acontecem nas reuniões são
208 importantes para a construção do Plano Estadual de Cultura, que os conselheiros estão aprendendo
209 e se adaptando a trabalhar em um Conselho Deliberativo e que o que foi feito até agora é de grande
210 importância. Além disto, defende a manutenção dos incentivos, compara a concessão de incentivos
211 às indústrias e a inexistência de qualquer benefício aos circos. Propõe que o Consec tenha maior
212 atuação política, sugere que seja redigida uma carta à ALMG cobrando a participação de seus
213 membros nas reuniões, nem que seja através de seus assessores e se compromete a redigir tal carta,
214 que seja apresentado ao Consec os resultados da discussão na audiência pública sobre o circo e que
215 estes resultados sejam encaminhados para a ALMG, pois necessitará de legislação específica.
216 Makely Ka diz que os membros estão em processo de aprendizagem de relacionamento para tomar
217 decisões após as discussões e que as discussões que estão acontecendo irão contribuir na
218 construção do Plano Estadual de Cultura. Acha também que é o momento de encaminhar para a
219 sociedade civil a discussão sobre equiparação do fundo. Magdalena Rodrigues explica que quando
220 diz que ainda não foi feito nada, se refere a realizações práticas. Clodoália Nobre acha que o
221 Consec está cobrindo todas as atribuições de um conselho. Rubem dos Reis afirma que enviará
222 novamente para os conselheiros a carta de Uberlândia através do e-mail do Consec e solicita apoio
223 de todos para que possa ser entregue ao MinC. Sérgio Borges diz que espera que até o final do
224 mandato dos conselheiros, tenham sido realizadas medidas práticas para deixar para o próximo
225 Conselho, citou o exemplo do setor audiovisual, cujos integrantes entraram em consenso e
226 conseguiram, com ajuda da SEC, que o edital do programa Filme em Minas passasse a ser anual à
227 partir desta gestão, por ordem do Governador. Maria Andrada acha que o processo pelo qual passa
228 o Consec é o melhor caminho para se chegar ao produto do que vem sendo construído. Sula
229 Mavrudis fala sobre a moção apresentada na Conferência Estadual sobre o circo e também sobre a

230 audiência pública para a classe circense. Relata uma solicitação de ajuda ao Consec feita por
231 alunos da UFMG visando que seja reconhecida a profissão de restauradores. Paulo Morais sugere
232 que as Câmaras Temáticas voltem a se reunir urgentemente por ser um meio mais ágil de discussão
233 e decisões sobre os assuntos relacionados a cada câmara. José D'ângelo defende o ritmo de
234 trabalho do Consec, o aumento dos recursos do fundo e que seu projeto seja selecionado por uma
235 comissão a ser eleita. Marco Aurélio Ribeiro diz que a elaboração do Plano Estadual de Cultura é o
236 trabalho mais importante a ser feito pelo conselho. Laura Guimarães faz apresentação sobre a
237 Plataforma de Estímulo ao Audiovisual em Minas Gerais. Esta apresentação será enviada
238 posteriormente por e-mail para os conselheiros. Marco Aurélio Ribeiro reconhece os avanços
239 realizados na Plataforma, o diálogo constante com o setor, mas afirma que o programa Filme em
240 Minas está defasado financeiramente e que o aporte deveria ser de R\$ 12.000.000,00 (Doze
241 milhões de reais) para o Filme em Minas e R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de reais) para o setor
242 audiovisual. Segundo ele, o estado de Minas Gerais está muito defasado com relação aos editais
243 relacionados a recursos e à capacitação, quando comparado a outros estados. Cita os reflexos do
244 setor audiovisual em outras áreas da cultura, pois necessita de atores, músicos, escritores e etc.
245 Elogia o festival de Curta-metragens, mas critica o pouco recurso para o mesmo. Manifesta
246 preocupação com a situação da Rede Minas pela redução da sua equipe e dos salários que serão
247 pagos aos novos funcionários e afirma que isto pode comprometer o andamento das atividades da
248 emissora e a qualidade dos trabalhos pela qualificação dos novos funcionários. Elogia a sala
249 Humberto Mauro na Fundação Clóvis Salgado e sugere que este tipo de sala seja instalada também
250 em outras regiões do estado. Amílcar Martins elogia a apresentação da Laura Guimarães e discorda
251 das críticas colocadas pelo Marco Aurélio Ribeiro, por julgar que o setor audiovisual está andando
252 a passos largos e progredindo rapidamente nos seus trabalhos. Disse que discorda que os recursos
253 são poucos e diz que sabe que todos os setores tendem a reclamar dos recursos que são destinados
254 aos seus programas e projetos, mas que raramente fazem uma análise crítica sobre o progresso do
255 setor e não os comparam a outros para entenderem que muitas vezes estão mais desenvolvidos e
256 amparados que outros setores da cultura. Sérgio Martins também elogia a apresentação da Laura
257 Guimarães e o conjunto de ações e equipamentos da Plataforma do Audiovisual, propõe que seja
258 apresentado ao Consec os números relativos à dotação orçamentária por setor, para que possam
259 verificar se há distorções na sua distribuição. Diz que a fala do Marco Aurélio Ribeiro se refere à
260 distribuição dos recursos em âmbito nacional e que, se comparado a outros estados, Minas Gerais
261 está defasada. Amílcar Martins discorda da fala sobre os custos no setor audiovisual e afirma que
262 os outros segmentos também custam muito. Marco Aurélio indica que sua fala sobre necessidade
263 de recursos está baseada em levantamentos reais e que não quis dizer que o segmento merece mais
264 que os outros. Que o maior programa, o Filme em Minas, utiliza recursos via Lei Rouanet. Makely
265 Ka diz que acha legítimo o audiovisual reivindicar e também concorda que o recurso não é do
266 Estado. Magdalena Rodrigues diz que não entendeu a fala do audiovisual como afronta e elogia a
267 Plataforma apresentada pela Laura Guimarães e prega o equilíbrio entre os segmentos em suas
268 demandas. Maria Andrada diz que não viu arrogância na fala. Laura diz que a informação sobre a
269 questão dos festivais está desatualizada por não conter dados de 2013. Informou que o Programa
270 tem aportes mensais e que houve aporte sobre a Resolução, mas há uma defasagem orçamentária
271 em relação à demanda. Com relação ao valor do Filme em Minas, não é a única dotação para o
272 audiovisual e, por isto, foi apresentada a plataforma. Quanto à comparação com Pernambuco, diz
273 que é importante saber as dotações às outras áreas da cultura.

274 Denise Liberato fala sobre as diferenças entre os Estados, que o apoio à música em alguns estados
275 é uma política de investimentos por proporcionar retorno financeiro. Amílcar diz que o
276 contraditório e a discordância fazem parte e enriquecem o debate. Sula Mavrudis e Rubem Reis se
277 solidarizam ao audiovisual. Sérgio elogia o fato de o audiovisual ter uma diretoria específica na
278 Secretaria de Estado de Cultura e elogia o formato do Filme em Minas, que pode ser um exemplo a
279 ser seguido na formação do Plano Estadual de Cultura. Denise Liberato lê a carta de adesão ao
280 Conecta e o conselho decide não assinar aderindo. Marcos Aurélio e Paulo Moraes sugerem que o
281 texto indique que no momento não é viável, mas que o Consec verificará no futuro, se é factível
282 conciliar algumas divergências entre a carta de adesão ao Conecta e o Regimento Interno do
283 Consec. Mila Batista sugere correspondência acusando recebimento e que o assunto é pauta da
284 próxima reunião do Consec. Em paralelo, tentar obter o calendário de reuniões do Conecta e
285 definir que algum conselheiro do Consec sempre esteja presente. A reunião é finalizada.